

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Recebido em: 2/8/2018

Avaliado em: 28/10/2018

Aprovado em: 18/2/2019

DEMOCRACIA, JUSTIÇA E PROGRESSO NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS BRASILEIROS MÉDIOS: VELHOS DILEMAS EM CRISES RECENTES

Arilda Arboleza,¹ Arthur Viana da Silva,² e Gustavo Lima da Silva³

Resumo: Os recentes processos políticos brasileiros expuseram as tensões de uma nação ressentida de si mesma, ao diagnosticar-se immanentemente corrupta, e puseram em circulação um repertório variado de soluções para o saneamento nacional. Chama atenção a força com que o recurso autoritário se eleva nesse intercurso, alicerçado numa representação social das categorias progresso, justiça e democracia desvinculadas dos impasses da desigualdade social, das garantias jurídicas fundamentais e das competências de ajuizamento e escolha pelos sujeitos. Esse trabalho se propõe a analisar a peculiar engenharia dessa forma de pensamento social e sua dinâmica de circulação e enraizamento popular, visando captar como tais categorias são significadas no cotidiano dos brasileiros e como tais significações geram produtos políticos. Para tanto, emprega-se aqui um esforço de conjugação entre estratégias metodológicas quantitativas e qualitativas, para captar a transversalidade, a elaboração de significados políticos mobilizados na avaliação do contexto e a atribuição de sentidos às palavras democracia, justiça e progresso. Analisa-se assim, os dilemas estruturais da democracia brasileira.

Palavras-chave: Crise, Justiça, Democracia, Autoritarismo, Brasileiros.

Abstract: Recent political processes occurred in Brazil have exposed the tensions of a nation resentful of itself for perceiving itself permanently corrupt and have put in circulation a solutions varied repertoire for the reorganization and the national sanitation. In this process, the force with which the authoritarian appeal rises attracts attention, cause it is based on a social representation of the categories of progress, justice and democracy, unrelated to the social inequality impasses, fundamental legal guarantees and people competences to judgment and choice. This work aims to analyze the ways in which this form of social thought is constituted and its way of moving and popularization, aiming at capturing how such categories are signified in the daily life of Brazilians and how such meanings guide social conducts. In order to do so, this study combined quantitative methodological strategies and qualitative ones (drawn to capture the transversality, the elaboration of political meanings mobilized to context evaluation and the meanings attribution to the words

¹ Doutora em Sociologia e Professora da Universidade Federal do Paraná (DTFE/UFPR), e coordenadora do Projeto de Pesquisa “Representações sociais da justiça e os dilemas da democracia no Brasil”.

² Bacharel em Direito e pesquisador vinculado ao grupo de Pesquisa “Pensamento Social, Intelectuais e Circulação de Ideias” da Universidade Federal do Paraná

³ Bacharel em Direito e colaborador no Projeto de Pesquisa “Representações sociais da justiça e os dilemas da democracia no Brasil”.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

democracy, justice and progress. In this sense, we also seek to analyze the Brazilian democracy structural dilemmas.

Keywords: Crisis, Justice, Democracy, Authoritarianism, Brazilians

Introdução

Mobilizações em redes sociais, multidões nas ruas, efervescência política, intolerância, reconfigurações de atores, impeachment de Dilma Rousseff, novo governo imerso em corrupção, desesperança política popular, projeção de figuras mitológico-autoritárias como veículo de saneamento nacional: o que se passa com o Brasil? Quais fatores agiram para a configuração recente desse quadro de desacerto político e conflitos sociais?

Longe de possuir função ou explicação em si mesmos, esses fatos encontram sentidos sociológico no macroprocesso histórico-social da nação. Por isso, dentre as muitas chaves explicativas que podem ser acionadas no exame da crise brasileira contemporânea, este trabalho assume uma perspectiva analítica centrada na histórica competição dos significados sociais acerca da democracia no Brasil. São episódios novos do velho dilema nacional acerca da viabilidade democrática entre nós, levedados no diálogo conflitivo entre seus marcos cognitivos e institucionais e as formas do tecido social nacional.

Para tanto, apresenta-se aqui alguns resultados de pesquisa desenvolvida no correr do ano de 2017⁴, sob o fito de perceber como brasileiros médios – pessoas comuns, enredadas no cotidiano de trabalho sem engajamento político institucional – dão significado às categorias políticas “progresso”, “justiça” e “democracia”. Em que pese a polivalência conceitual de que estão investidas em âmbito teórico-intelectual, a apreciação dos significados sociais concorrentes popularmente atribuídos à tais categorias permite percebê-las como um conjunto semântico de particular valor heurístico para a compreensão da atual crise experimentada no país, dado que neles se revela a complexidade da relação entre os aparelhos institucionais juridicamente constituídos e as práticas sociais populares subjetivamente informadas por sentidos políticos apartados dos valores sobre os quais se alicerçam essas mesmas instituições.

⁴ Pesquisa “As vozes da crise: democracia, justiça e progresso na representação social dos brasileiros médios”, Curitiba: UFPR/ISULPAR, 2017.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Nisso, a avassaladora onda de acontecimentos acima apontada nos remete a pensar os marcos do acordo jurídico firmado na Constituição de 1988 e os sentidos políticos ali fixados para a democracia e, com ela, para justiça e progresso. De outro modo, não obstante o crescente de manifestações massivas no país desde 2013 tenha se iniciado no que se pode chamar um senso de convulsão indefinido, logo assumiu conotação logo assumiu conotação desafiadora da própria solidez das instituições políticas brasileiras, expressa, particularmente, no “repertório de confronto”⁵ mobilizado pelos grupos em atitude de protesto. Ou seja, a cadeia de temas e argumentos empregados pelas massas para exprimir suas reivindicações instrumentalizou representações de pátria, coletivo, individuação, valores políticos e morais, Estado e benesses sociais, descoladas das definições jurídico-constitucionais de democracia firmadas em 1988.

Circulando numa nota de ativação patriótica – “veras que um filho teu não foge à luta” – tais argumentos operacionalizaram transversalidade ao diagnóstico da corrupção como marca endêmica da política nacional, fortalecido pela continuidade dos escândalos mesmo após a troca de comando antecipada, o que transfere um tom de deslegitimação, para além dos atores envolvidos, das próprias instituições políticas.

Nesse enredo, não sem concorrências ideológicas com progressistas e liberais, o auto ressentimento nacional com esse diagnóstico negativo sobre a “realidade nacional” reaqueceu a circulação de prognósticos autoritários para saneamento da nação, alicerçados numa avaliação de ineficácia das instituições democráticas para a proteção do bem público. Isso se expressaria na recorrência dos pequenos e grandes casos de corrupção, na generalização da violência e insegurança pública e no desencaxe dos valores éticos e morais criado pela destradicionalização da vida social.

Guardada a variação de formas e a complexidade do fenômeno, que contém diversas facetas só compreensíveis num olhar sobre a própria engenharia societária historicamente construída, chama atenção o modo como o repertório autoritário-conservador mostrou-se renitente no cotidiano prático das pessoas, nas manifestações em redes sociais, no avolumado número de grupos organizados em torno desse alinhamento ideológico, na defesa aberta de um ideário contrário à lógica de direitos e tolerância estabelecida em 1988.

Desse modo, nossos conflitos políticos contemporaneamente não são conjunturais. São antes o balanço crítico de um modelo político que projeta – em essência normativa e não sem

⁵ TILLY, Charles, *Identities, boundaries and social ties*, Boulder, Paradgm Publishers, 2008, 269 p.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

imperfeições –, desverticalizar relações sociais numa sociedade que se aprendeu naturalmente verticalizada, peculiarizando um sistema hierárquico de prestígios sociais e distribuição do poder em suas dinâmicas de socialização. Esse modelo político em avaliação, questiona o atavismo de uma forma de navegação social fixada historicamente na mobilização de privilégios, sugerindo acionar uma navegação pelos direitos. Por assim ser, na medida em que tal essência normativa intentava se converter em prática social, ela atritava com as semânticas sociais fluentes, desembocando no estado de crise.

O contexto crítico a que chegamos expõe, assim, a dificuldade de equacionar demandas democráticas universalistas como significado de justiça e progresso, frente ao modelo de racionalização liberal na periferia (meritocracia crua). Então, paradoxalmente, nessa pluralização democrática institucionalmente firmada, recrudescer-se a reação conservadora no país, catalisada na debacle econômica, publicizando posturas autoritárias antes retidas na esfera privada, localizando aquelas pluralidades como ícones simbólicos, causas da crise que sofremos.

Os escândalos de corrupção perfizeram, portanto, o gatilho conjuntural da crise, capitaneado e instrumentalizado nessa concorrência ideológica acerca da democracia que, vale lembrar, é firmada nas peculiaridades internas, mas também dialoga com as dinâmicas ideológicas internacionais. Mas, como essa forma de pensamento social alcança circulação e enraizamento popular? Como ela gera produtos políticos democraticamente conflitivos?

Crise, autoritarismo e democracia no Brasil: do que estamos falando?

A despeito de ter definido “crise” como uma situação sem precedentes, logo sem quadro de referência equivalente para orientar análises, Hannah Arendt⁶ recomendava recorrer ao passado para pensar o presente, pois é esse exercício de olhar a história que se permite compreender os elementos em disputa numa dada sociedade em contexto crítico – o que se ganha e o que se perder, o que se mantém e o que se transforma.

É aqui que se coloca a relação historicamente conflituosa do Brasil com a democracia. Foi ela que se perdeu no passado nacional, tornando-se de materialidade extremamente complexa na realidade contemporânea. Em poucos momentos da história a população nacional se mostrou tão

⁶ ARENDT, Hannah, *Entre o passado e o futuro*, Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida, Coleção Debates, n° 64, 2ª edição, São Paulo, Perspectiva, 1979, 348 p.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

politicamente ativa como tem se colocado desde 2013, mas esta politização acabou canalizada para um recrudescimento conservador-autoritário, isto é, a negação da democracia como substância do modelo societal⁷, muito embora tolerada em sua caris formal. Nesse sentido, vale recobrar as ponderações de Florestan Fernandes, quando alertava que, continuamente, a história se recompõe produzindo sempre novos modelos que harmonizam o arcaico e o moderno, “ou seja, a conciliação de antigas estruturas coloniais bem visíveis com novas estruturas colônias disfarçadas”⁸.

De outro modo, é como se a crise política se fizesse para a acomodação dos atores em seus lugares-símbolo constituídos no intercurso histórico de nossa socialização, tão logo, para o arrefecimento do curso de democratização nacional em meio as transformações estruturais. Por isso, olhar para a realidade brasileira contemporânea é dispor-se a discutir o complexo fenômeno do autoritarismo que, como já advertia Werneck da Silva, é o “fenômeno político mais recorrente no processo histórico brasileiro”⁹.

A despeito de não possuir uma definição inequívoca, a ideia de autoritarismo se constrói na simbiose entre três frentes de significado: um “sentido psicológico”, firmado no caráter/perfil autoritário de quem manda e legitimado pelo caráter/perfil obediente de quem é mandado; um “sentido administrativo”, presente em procedimentos justificáveis à revelia de normas e direitos pré-estabelecidos; um “sentido ideológico” localizado na propagação das ideias que legitimam o caráter e os procedimentos autoritários¹⁰. Por vezes, essa engenharia assumiu formas institucionais explicitadas na ossatura do sistema político brasileiro, mas independente do modelo administrativo, o que importa perceber é sua imbricação no cotidiano político, fazendo-se presente como ator degenerativo em formas não institucionalmente autoritárias. Ou seja, arraigado no imaginário social desde a colonização, este óbice foi se adaptando no curso da história nacional, conjugando-se nas reconfigurações sócio-institucionais modernas sem alterar-se substancialmente, de modo que,

⁷ SALLUM JR, Brasília, “A crise política de 2015-16: para além da conjuntura”, in *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*, 1ª edição, Belo Horizonte, UFMG, 2017, pp 31-47, 458 p.

⁸ Fernandes, Florestan, *Círculo Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, 1ª Edição, São Paulo, Globo, 2010, p. 30, 319 p.

⁹ WERNECK DA SILVA, José Luiz, “O feixe do autoritarismo e o prisma do Estado Novo”, In WERNECK DA SILVA, José Luiz, Org., *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, Vol. II, 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991, pp. 13, 140 p.

¹⁰ ANDRESKI, Stanislav, Autoritarismo, In Benedito Silva (org), *Dicionário de Ciências Sociais*, 1ª edição, Vol. 1, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1986, p. 107, 1421 p.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

como bem indicaram Fernandes¹¹, Carvalho¹² e Avritzer¹³, ele ainda segue intenso impactando sobre as instituições republicanas no Brasil e sobre a construção da cidadania política.

Por esse ângulo, depois de passar em revista o ciclo político brasileiro desde a independência, Carvalho¹⁴ conclui que, muito embora a ideia de República tenha sido firmada constitucionalmente em 1988, ela ainda seria um ideal não materializado, dado que os “repúblicos” ainda não se teriam constituído em cidadãos, pois distantes da gnoseologia de direitos, mas afeitos à gnoseologia autoritária da doação – a lógica de que o bom político é a figura patriarcal que tem poder, autoridade e benevolência. Nesse sentido, na equação entre, de um lado, as formas simbólicas e materiais de formação do [não]cidadão nessa semântica política do autoritarismo e, de outro, o ideal democrático de sociedade que o aparato jurídico projetou com entusiasmo em 1988, localiza-se um indicativo das razões pelas quais os populares se projetam hoje em tendência conservadora no país, apesar de todo o intercurso histórico experimentado: “perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade”¹⁵.

Desse olhar retrospectivo, recorrente no pensamento social brasileiro, resta um desconfortável traço factual: a forma de constituição social (o processo de formação histórica) e a forma de lidar com essa constituição (as opções históricas dos agentes sócio-políticos internos), afetam o tipo de cidadão e, portanto, o alcance democrático numa dada sociedade. Em nosso caso, nossa peculiar forma de constituição marcada pela colonização portuguesa, pela escravidão e pela condição periférica¹⁶, resultou numa espécie de política de messianismo: o brasileiro se coloca sempre à espera de um “salvador da pátria”, postura essa de efeitos drásticos sobre a democracia substantiva fixada em nosso ordenamento jurídico, uma vez que, alicerçada nesse senso de fascinação pela “autoridade”, reforça-se a longa tradição patrimonialista que converte cidadão em ator subserviente.

Nisso percebe-se a plasticidade do autoritarismo brasileiro singularizado: não se renega em essência o direito de escolher governantes, mas não se escolhe o gestor que estará sob avaliação e

¹¹ FERNANDES, Florestan, *Revolução burguesa no Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, 413 p. FERNANDES, *op. Cit.*

¹² CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 17ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, 236 p.

¹³ AVRITZER, Leonardo, “Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta”, in *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*, 1ª edição, Belo Horizonte, UFMG, 2017, pp 19-30, 458 p.

¹⁴ CARVALHO, *op. cit.*

¹⁵ *Ibid*, p. 219.

¹⁶ Conforme Fernandes, *op. Cit.*

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

sim a autoridade investida de licença autoritária, pois legitimada na mitificação de suas habilidades – o dominador carismático de Max Weber¹⁷. Nessa imbricação semântica entre o adjetivo “autoridade” e os substantivos “autoritário” e “autoritarismo”, reside o nexos inteligível da vida política brasileira e da crise ora enfrentada: o difícil arranjo entre liberdade (individualmente valorizada pelo brasileiro) e negação da lógica democrática de direitos enquanto base societal, porque não se constrói sob o sentido de comunidade e sim na lógica dos privilégios.

Dispensando, porém, qualquer tendência ao atavismo, esse olhar para o processo histórico de construção social, vislumbrando conhecer os elementos que agem na configuração de um perfil político nacional, nos alerta que a democracia precisa de tempo, pois ela depende de aprendizado social. Nesse sentido, segundo Avritzer, se até 2013, todos os indicadores apontavam o fortalecimento da democracia no Brasil – aparente maturação do sistema político, reconhecimento da importância da democracia para estabilização da moeda, adoção de políticas públicas de redução das desigualdades, estabilidade institucional e grande participação nos processos eleitorais – a partir daí, teria operado uma completa reversão deste quadro: “a estrutura do poder presidencial, a estrutura da divisão dos poderes, o papel das instituições de controle na democracia [judiciário] e a questão da tolerância na vida social parecem fortemente abalados em relação a uma trajetória anterior”¹⁸.

Para o autor, a razão disto estaria no fato de que, em verdade, aqueles indicadores não alcançaram a profundidade da engenharia sócio-política brasileira – o óbice da sociabilidade autoritária. De outro modo: o próprio processo de elaboração e transição institucional teria sido marcado por uma continuidade viciosa entre o regime militar e o democrático. Os traços fundamentais dessa continuidade estariam no movimento de conversão das anteriores elites autoritárias em, agora, elites partidárias e, por conseguinte, na ausência de punição aos responsáveis por violações de direitos humanos no correr do regime militar, o que teria sido o ícone real de transição para uma democracia formalmente caracterizada pela tolerância nas relações humanas e pela não violência como recurso. Nessa configuração, haveria mesmo uma continuidade jurídica autoritária, firmando uma justiça omissa quanto à ordem democrática estabelecida.

¹⁷ WEBER, Max. “Os três tipos de dominação legítima”, In *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 2, 1ª Edição, tradução de Augustin Wernet, São Paulo, Cortez, 1992, pp. 349-359, 453 p.

¹⁸ Avritzer, *op. Cit.*, p. 20.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Nesse sentido – a despeito de fatores como o fortalecimento dos partidos como atores políticos efetivos, das instituições de *accountability* com aumento das prerrogativas do judiciário e da liberdade de escolha popular acerca de modelos de governo – o contexto crítico atual evidenciaria que “não tivemos, no caso do Brasil, a derrota do autoritarismo e sim um interregno pactado”¹⁹.

Partindo daí, a crise política deflagrada, a instabilidade institucional e o comportamento dos atores sociais, parecem indicar que tal pacto se encontra incerto. É disso expoente a publicização do repertório de confronto alicerçado na defesa de uma agenda conservadora patrimonialista, que desafia a própria condição de direitos embaixadores da lógica republicana – o tólos da “coisa pública” estatutariamente estabelecido. No caso do Brasil, esses direitos residem na configuração da democracia em conotação substantiva societal, ou seja, a ampla base constitucional da seguridade social fixada em 1988. Tais direitos são os *freios e contrapesos* elementares que deveriam servir como barreira de contenção aos três poderes, balizando a vigilância mútua que exercem entre si, de modo que, quando em nome da higienização social, tais direitos são atacados com apoio da sociedade ou com sua omissão defensiva, é a própria lógica republicana que está em xeque.

Olhar, assim, para o processo de construção do tecido social nacional nos permite perceber a crise não como um estalo súbito, mas antes como liberação de fenômenos críticos contíguos, clímax de tensões sociais agregadas num contexto delongado. Essa crise estopim só se faz inteligível se tomada, portanto, nessa conotação de feixe social amplo, mas: em que medida é possível localizar a fluidez desses ideários na construção de significados sociais pelos atores populares? Ou, em que medida é possível dizer que essas formas de pensamento social teoricamente analisada, que constituem gradientes macro ideológicos, expressam semânticas sociais ativas na orientação de posturas políticas entre os populares? Observe-se os dados a seguir.

Categorias políticas e representações sociais

Visando captar a atuação do óbice autoritário como matriz de sociabilidade, presente na construção de significados sociais pelos brasileiros médios acerca da nação, de seus impasses e do repertório de soluções possíveis, analisa-se a seguir sentidos e representações elaborados por tais atores acerca dos elementos nodais do autoritarismo brasileiro deslindado na crise: as categorias “progresso”, “justiça” e “democracia”.

¹⁹ *Ibid.*, p. 21.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Para tanto, recorreu-se aqui à conjugação de um duplo esforço metodológico: de um lado, visando alcançar a transversalidade, extensão e intensidade das opiniões traçadas no jogo semântico entre o diagnóstico da corrupção como traço nacional endêmico e os prognósticos autoritários de seu saneamento, aplicou-se questionários fechados, elaborados no formato das Escalas Sociais de Likert, a uma amostra de 500 (quinhentos) “brasileiros médios”. Subdivida de modo proporcional entre grupos geracionais e categorias de gênero, a coleta da amostra se deu de modo assistemático por acessibilidade, abarcando distintas regiões do país²⁰ e diferentes nichos socioeconômicos (faixa de renda, grau de escolaridade, núcleos profissionais e orientação religiosa).

De outro lado, tendo em vista perceber como os elementos gerais dessa complexidade sócio-política que matiza um imaginário social se inter cruzam na trajetória pessoal dos sujeitos e agem para a construção das representações políticas acerca dos temas em tela, empreendemos também um esforço metodológico qualitativo, materializado na realização de 22 entrevistas abertas, em coletas aleatórias, igualmente subdividas de modo proporcional entre grupos geracionais, categorias de gênero, faixas de renda e escolaridade. Coletadas em regiões distintos, como o sertão nordestino, zonas interioranas do sul e cidades metrópoles, esta variedade interna dos atores, cuja ausência de unidade categorial poderia atuar como deslegitimação metodológica, se afigura antes como fator de vantagem analítica crivada na possibilidade de verificação de convergência semântica projetada na pesquisa, apesar da variabilidade de perfis e trajetórias.

Assim, os dados aqui analisados, coletados entre junho e agosto de 2017, contemplam uma diversidade de atores homogeneizados na categoria analítica “brasileiros médio” – pessoas comuns localizadas nos estratos sociais presentes entre os extremos da pirâmide social – que produzem sentidos sociopolíticos confluentes. Estes grupos, já nos alertava Florestan Fernandes²¹, são os elos cruciais da plasticidade ou da elasticidade das formas estabelecidas das relações sociais. Ou seja, são os portadores sociais de sustentação ou transformação de um arranjo societário.

²⁰ Embora com concentração maior no estado do Paraná, sede de atuação dos pesquisadores. Os questionários foram aplicados por meio físico e virtual, com disseminação entre grupos de diversos segmentos sociais, criando faixas de correspondência também por renda, escolaridade, religião, proporcionais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como mecanismo de validação dos dados, mas excluindo-se os grupos de renda dos extremos (miseráveis e milionários). Cabe a ressalva de que, embora uma abordagem estratificada seja de grande valor analítico, os dados aqui explorados apresentam apenas resultados por totais gerais.

²¹ Fernandes, *op. Cit.*

O que esses dados apontam? Afinal, o que pensam os “brasileiros médios” sobre justiça, democracia e progresso? O conflito entre o projeto institucional democrático e a matriz de sociabilidade autoritária permeia as representações sociais desses atores?

Como ponto de partida, observe-se a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Diagnóstico da Corrupção			
	O problema do Brasil é a corrupção	Todo político é corrupto	O povo brasileiro é corrupto
Concordo totalmente	43%	13%	9%
Concordo	52%	50%	58%
Não sei	1%	8%	9%
Discordo	3%	27%	20%
Discordo totalmente	1%	2%	4%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Consonante a estes elevados índices de concordância com as afirmações de que a política, o povo e o Brasil, como um todo, são caracterizados pela corrupção como marca de identidade – “infelizmente o que atrapalha o Brasil é a corrupção mesmo” (mecânico evangélico de 49 anos e ensino médio) –, o ressentimento com essa condição, comumente desacompanhado de reflexões sobre seu processo constitutivo, emerge amargo nas falas dos entrevistados: “hoje eu defino o Brasil como um dos países mais corruptos que existe. Eu tenho vergonha de morar no Brasil... queria criar minha filha em outro país”, lamenta a auxiliar administrativa católica de 47 anos e ensino superior. Na mesma chave, o engenheiro agrônomo de 62 anos, agnóstico, protesta: “Minha vontade de ir embora é grande... A hipocrisia corre solta, porque ao mesmo tempo em que se critica o que está acontecendo, vão negociar com os políticos para ter vantagens e acham que isso não é corrupção, não é agir errado”. A estudante universitária de 22 anos organiza esse entendimento e arremata:

“é um país corrupto e isso está em sua essência, não apenas na política, mas também em sua população que, como um todo, sempre tenta tirar vantagem em

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

qualquer circunstância. [...] quem tem poder raramente é culpado, não existe ordem tão pouco progresso, não existem sistemas que sejam benéficos à população. [...] existem desvios de dinheiros em todas as partes... em todos os lados são encontrados traços de desonestidade e falcaturas”.

Desse repertório projeta-se, em passo sequencial, a deslegitimação das instituições políticas como um todo: “ah, eu enxergo política hoje em dia [como] um negócio pra fazer dinheiro, não mais como querendo ajudar o povo”, comenta um maquinista de 44 anos e ensino básico, consonante ao funcionário público de 47, mestre em direito do trabalho, que afirma não ter havido melhora para os populares pós-democratização: “para mim nada mudou”. Em sua percepção, um governo ditatorial “não seria a solução, seria a consequência, infelizmente” de uma lógica democrática institucionalizada, mas não efetivada no país.

Na mesma senda, a professora de 68 anos afirma: “está uma descrença assim que o povo não acredita em mais nada hoje em dia”, fato pelo qual um governo ditatorial seria “uma solução e tanto hoje – pelo o que nós estamos vivendo, pelas violências, todos os tipos de violência. Eu acho que seria uma boa ideia”. De outro lado, embora recuse essa solução autoritária como remédio, definindo-a como “retrocesso político”, o supervisor escolar nordestino de 39 anos, católico e estudante universitário, também projeta em seus argumentos a mesma deslegitimação das instituições políticas forjada pelos entrevistados anteriores, que assumiram explicitamente a possibilidade de solução pela via ditatorial:

“o cenário político atual de nosso país vem mostrando que tanto o Congresso como e Senado federal tornaram-se verdadeiros balcões de interesses próprios e negócios escusos. As leis são feitas e adequadas apenas para obtenção de sucesso nas urnas para o próximo ano, sem ao menos se preocupar com a nação”.

Quando indagados, porém, acerca das razões que teriam levado a esse quadro, os entrevistados, de modo geral, fornecem pistas, mas têm dificuldades de articular diretamente essa semântica que constroem ao longo de suas falas acerca da incipiência institucional. Eles a indicam, mas não a objetivam. Vinculam, assim, elementos de ordem sócio-histórica à fraqueza propriamente institucional e, muito acentuadamente, ao despreparo político do “povo”, exprimindo um repertório amplo como “impunidade”, “incompetência” administrativa, “má fé dos políticos”, cultura política da prática e permissividade dos “acordos”, “falta de informação”,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

“ignorância” do povo, “herança portuguesa”, “corrupção” em si, e o típico “o brasileiro não sabe votar”.

Nessa imbricação entre, de um lado, a fraqueza das instituições que permitem-se vulneráveis à improbidade dos políticos corruptos e, de outro, a responsabilização das massas, passivas e permissivas, estruturam-se implicações semânticas importantes para a captação dos impasses da democracia no país. De saída, observe-se o Gráfico 1 a seguir:



Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Esse entendimento acerca da incapacidade de escolha política popular, afirmado por 87% dos respondentes, pode ter motivações diferentes para cada um, todavia, contém um impacto singular para o contexto: nele se fundamenta a circulação de um ideário que legitima posturas e procedimentos autoritários e deslegitima a validade democrática. É, assim, interessante notar que essas minúcias popularmente difundidas, aparentemente sem gravidade, são portadoras discretas da sociabilidade política autoritária brasileira. Elas atacam a capacidade de proteção do bem público pela prática democrática na lógica de que, se as instituições não funcionam e o povo não está em condições de usufruir delas, elas não têm um valor em si – “é tudo sem-vergonhice”, como sintetiza um vendedor evangélico de 51 anos.

Nisso, é interessante notar que os dados quantitativos indicam um percentual de 85% de concordância (total ou parcial) com a assertiva “a democracia contribui para o progresso nacional”, o que poderia denotar um reconhecimento da democracia como um valor político-social. Todavia esse reconhecimento parece dirigir-se num sentido abstrato, pois abalado pela igual concordância

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

de 69% de respondentes com a afirmação “a democracia não funciona no Brasil”, agravados ainda com outros 10% que não se posicionaram quanto a essa afirmação, de modo que, se não a confirmaram, tão pouco a infirmaram. Ou seja, a grande maioria daqueles que entendem democracia como agente de progresso, indicam também sua inoperância no Brasil.

Isso nos leva a indagar acerca de quais os sentidos sócio-políticos atuantes na produção desses dados. Quando questionados nas entrevistas qualitativas acerca de ser a democracia boa para o país e se seu funcionamento é adequado, percebe uma acentuada ambiguidade nos argumentos mobilizados, como exemplifica a fala do balconista de 28 anos, ensino médio, a seguir:

“Querendo ou não, é boa até: nós somos meio que livre, nós podemos, se eu não gostar de alguma coisa, manifestar e falar que não gostei daquilo e eu sou livre para fazer isso. Por esse lado é bom né, ninguém me proíbe de fazer certas coisas. Mas... só vai funcionar pra gente mesmo, porque se for querer botar em prática, a gente só vai ficar ali, o que nós expressamos e ninguém vai apoiar né... No fim, ela não é adequada.

Essa ambiguidade cruza quase todas as falas, ressaltando, de um lado essa essência de liberdade e a possibilidade de escolha como algo positivo, mas que não funcionaria adequadamente: “a escolha do voto é uma coisa muito importante... Só que ao mesmo tempo, ela não é eficiente” (pastor evangélico, 38 anos, ensino superior). Assim, seja em razão da atribuída “aversão que o brasileiro tem pela política” (professora universitária nordestina), seja pelo uso impróprio que os políticos fazem dela – “não tem honestidade... acabou” (agricultor de 85 anos), seja ainda em função de seus mecanismos institucionais de operação, a democracia é representada como uma coisa boa, mas inadequada ao Brasil. É um princípio equidistante, “um sonho” como a define o funcionário público de 49 anos. E por isso, se de um lado emergem votos de confiança – “eu acredito ainda na democracia, acho que ainda é a melhor alternativa” (advogado, 38 anos) – de outro lado, no balanço entre esse ideal bonito e a realidade prática da corrupção cotidianamente noticiada, muitos respondentes acabam assumindo um entendimento radicalizado: “do jeito que tá, eu gostaria de voltasse o militarismo”, diz a funcionária de 37 anos, assim como a professora de 53 anos, para quem “no momento que estamos passando acho que deveria voltar o militarismo”, ou ainda o agricultor aposentado que assevera: “a democracia acabou com o país. Eu queira que o nosso governo fosse uma ditadura”.

Dessa forma, dois traços semânticos se alinham em meio a essa ambiguidade e concorrência

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

ideológica: I - a dificuldade ampliada em firmar um entendimento objetivo sobre democracia; II - a localização dessa “tal democracia” como a causa dos males nacionais (pequenos e grandes) e, por conseguinte, a recusa de sua face substantiva. Quanto ao primeiro ponto, as respostas dadas à pergunta “o que você entende por democracia”, são icônicas. Observe-se a instabilidade presente nas definições partindo de grupos geracionais mais avançados até chegar aos mais jovens:

“A gente nem entende o que é isso aí...” (dona de casa aposentada).

“Um pouco eu até acho que passa da liberdade ne, que eles chegam a fazê tudo” (agricultor aposentado).

“Democracia eu acho que assim. Um país para ser democrático, as vezes as pessoas dizem “ah democracia”, mas oprimem, então isso não é ser democrático. Ser democrático também não é dar total liberdade. Então, democracia, o que eu entendo, não é totalmente rígido mas também não liberal”. (professora aposentada).

“Democracia é... nós temos direitos, mais direitos do que obrigações, em termos né. A democracia nos dá liberdade pra votar. (pensionista de 62 anos)

“Democracia eu entendo assim, é o livre-arbítrio, a pessoa escolhe o lado certo ou o lado errado. A democracia te dá o direito de você se manifestar, de você lutar por uma coisa melhor... Então a democracia tem que avaliar de um jeito que a pessoa tem que ver o que é bom pro povo.” (mecânico de 61 anos)

“Ah, democracia é no sentido de ser bem feita, nas coisas corretas” (professora de 53 anos).

“Democracia é a liberdade de a pessoa votar. Só tem que exercer a função de ser um eleitor democrático” (evangélico de 49 anos).

“Democracia é os direitos que nós, digamos assim, ele dizem que nós estamos em um país democrático, mas nós não estamos, porque nós somos obrigados a pagar o que eles querem de imposto” (administradora de 47 anos)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

“Acho que a democracia é um direito para que tenha liberdade para escolher”
(autônoma, de 46 anos)

“É quando a vontade do povo prevalece através do voto direto em seus representantes governamentais” (supervisor escolar, 39 anos).

“Garantir a representação de pessoas de todas as classes sociais, brancos, negros, religioso, ateus, artistas, você tem pessoas que defendem as classes de minorias e etc...” (pastor evangélico de 38 anos).

“Eu entendo que a democracia é o negócio né, que como se fosse um tema livre né... que é um país democrático, mas é outra coisa que também só tá no nome, porque a democracia a gente não tem né, ... democrático é você aceita o que a outra pessoa quer, o que ela fala. (Balconista, 28 anos)

“É um sistema de governo que elege seus representantes através de eleições populares” (universitária de 22 anos).

Impressiona perceber que dois jovens estudantes, de 23 e de 20 anos, silenciaram frente à questão, não conseguindo emitir opinião sobre o tema. Isso denota o quanto a palavra democracia soa um termo sem efeito para muitos entrevistados, bem como, o quanto parece algo tido como distante do cotidiano das pessoas, o que reafirma o argumento acerca da sociabilidade autoritária do brasileiro, construída em seu processo histórico de formação na periferia do mundo e cotidianamente reinventado.

Nessa mesma chave inscreve-se a questão relativa ao ponto II, ou seja, a forma como a democracia é frequentemente, ou irrefletidamente, iconizada como o gatilho nodal dos males nacionais. Ou seja, opera-se uma vinculação entre a liberdade democrática – aquela mesma indicada como a face positiva – e os micro e macros problemas que o país enfrenta – da falta de respeito dos jovens para com os idosos à violência generalizada e à corrupção como marca política. Decorre daí um entendimento de que “quanto mais liberdade, mais pior”, como conclui o agricultor de 85 anos após relatar casos de desrespeito, de badernas, de roubos, de violências e de improbidade na política quando indagado acerca do significado da palavra democracia. Nessas leituras, presentes em falas de idosos e jovens, de católicos e protestantes, com escolaridade avançada, média ou

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

básica, emerge então, um entendimento da democracia como significado de impunidade e desordem, ao passo em que os períodos não democráticos são simbolizados como períodos de ordem e severidade, que impediriam desmandos pequenos ou grandes, individuais ou institucionais:

“Hoje em dia tá roubo de mais, corrupção, assaltos, tudo, tá muito largado, nós não temos segurança, nós não temos polícia, tudo corrompida, maior parte corrompida, são poucos os que são honestos que realmente trabalham pela causa. A corrupção acho que não acabaria, mas daria um jeito digamos assim, em roubos assaltos, bandidismo, que tá demais... antigamente não tinha.” (Funcionária pública, 40 anos).

O grande impasse posto nisso, como decorrência desse ideário que fundamenta uma tendência autoritária é, portanto, o ataque ao princípio elementar do modelo jurídico de 1988 – a democracia substantiva societal. Direitos amplos passam a ser vistos como permissividade ao crime e como ataque à cultura do mérito:

“...tem muito favorecimento, o povo se acomoda naquela situação em que está, é bolsa família, é gás, é ajuda escolar, então tudo isso aí é o comodismo...” (evangélico de 49 anos).

“O Brasil tem essa cultura de coitadinho. O brasileiro se identifica com alguém que é coitado, com alguém que tem alguma dificuldade. Então isso aí é uma cultura já, já nasce com essa ideia. E nós brasileiros somos assim. A gente não pensa no futuro, só pensa no agora. A cultura é a seguinte: eu vou lá, pego um peixe, asso esse peixe na hora do almoço, como, e vou dormir. (advogado, 38 anos)

“Quando a pessoa quer progredir ela tem que se esforçar pelo seu mérito. Se esforçando para ela ter um progresso. Por exemplo, uma pessoa, se ela se esmera, se esforça, busca, corre atrás dos seus objetivos, ela tem progresso”. (professora católica de 68 anos)

Observe-se aí a conexão que se projeta entre este ideário (talvez não intencional, mas, na prática, ativador de uma lógica de manutenção de status e privilégios), e um conceito de progresso

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

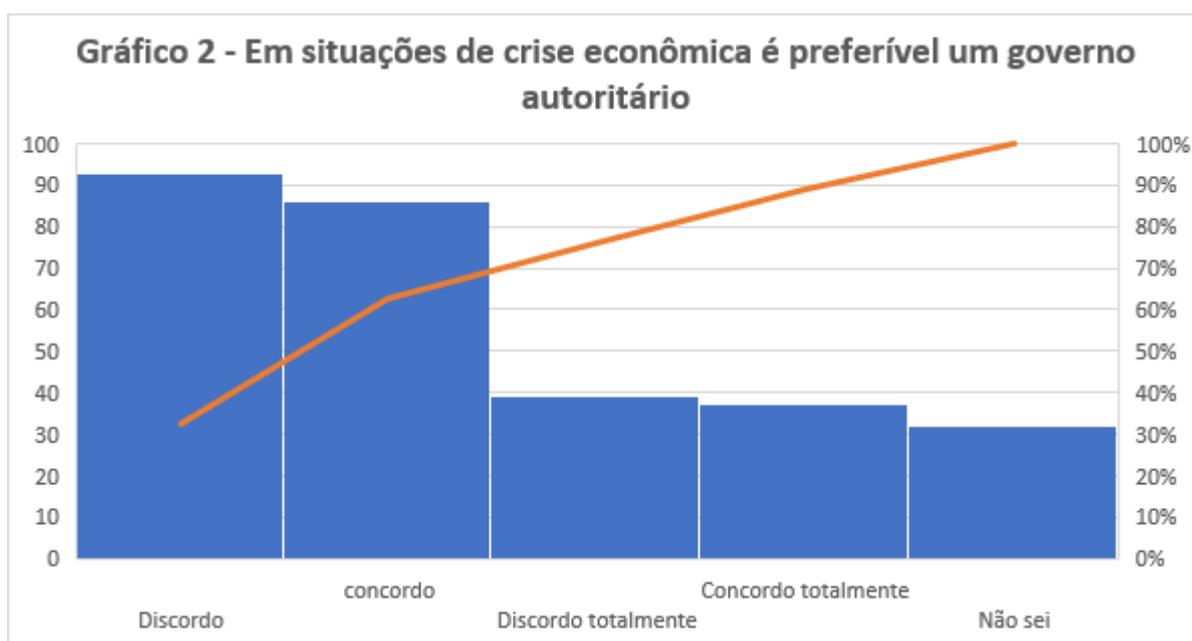
que localiza o indivíduo isolado como seu autoprodutor (em ambiência pessoal). Ao Estado restaria garantir as dinâmicas de competição fluída, não necessariamente as benesses sociais:

“Progresso pra mim é tudo, é um sonho que você vai realizar futuramente. Eu entendo dessa forma. Progredir financeiramente, progredir no estudo, é um sonho que você vai ser realizado futuramente. É um sonho que vai pro papel e do papel vai pro projeto, e muitas vezes vai na prática” (maquinista, 49 anos)

“o progresso só vai vir quando mudar a cultura” (pastor, 38 anos)

“Então, o que eu entendo por progresso é você trabalhar e sempre ter uma qualidade de vida melhor, conseguir alcançar aquelas coisas ali, aí sim e progresso”. (maquinista, 44 anos)

É, portanto, marcante o descolamento entre o conceito de progresso e a ideia de comunidade projetado nestes repertórios argumentativos. Não por acaso, a questão do questionário quantitativo que mais apresenta dispersão nos dados obtidos é a que mede concordância com a afirmação “em situações de crise econômica, um governo autoritário é preferível a um governo democrático”. Observe-se os resultados no gráfico 2 a seguir:



Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

As semânticas políticas que permeiam esses dados estão firmadas, de um lado, nessa representação do progresso num viés liberal-individualista, como produto do mérito resultante da vontade e do esforço. De outro lado, esse gráfico tomado correlativamente com os repertórios mobilizados na construção de sentidos sociais da crise pelos entrevistados, deslinda o *modus operandi* singular do que aqui se nomeia “autoritarismo à brasileira”: a caris marcante do messianismo político. De outro modo, “coloca um presidente bom ali”, é o antídoto à crise que aparece nas falas dos entrevistados, aqui iconizado pelo jovem de 23 anos que não sabe dizer o que é democracia.

Explica-se: é essa a marca singular de nosso autoritarismo que, seja na figura “um homem bom” projetada pelo jovem de baixa escolaridade, seja na figura “precisamos de um líder” veiculada pelo engenheiro agrônomo de 62 anos de elevada escolarização e perfil crítico-reflexivo, o repertório se reafirma insistente – a solução para os problemas nacionais não passa pelo empoderamento popular, não está no princípio de comunidade, ela é recorrentemente localizada pelas mais diversas fontes na elevação de um mito político, investido de poder, autoridade e benevolência (caráter, procedimento e ideação autoritária). Isso é tanto mais fortalecido se pensarmos que apenas 23% dos respondentes afirmaram concordar com a assertiva “o regime militar é a solução para o Brasil”. Não se dispensa o direito de escolha, como as próprias falas acima de certo modo indicam, mas se quer eleger o dominador carismático, não o gestor da *res pública*.

Resta uma questão: o que estes brasileiros, com este perfil conformado em nossa trajetória sócio-política, esperam da justiça? Uma vez mais, observe-se os dados da tabela abaixo:

Tabela 2 – Expectativas acerca da Justiça		
	A justiça não funciona no Brasil	É mais importante garantir a ordem que seguir as leis
Concordo totalmente	30%	12%
Concordo	49%	34%
Não sei	5%	15%
Discordo	14%	31%
Discordo totalmente	2%	8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa Vozes da Crise, 2017.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Em que pese o fato de conceberem a Justiça como ator altamente depreciado (79% concordam com a máxima “a justiça não funciona no Brasil”), os brasileiros médios a veem como instrumento capital de correção das mazelas nacionais, todavia, numa perspectiva de intervencionismo judicial alicerçado mesmo na lógica do messianismo político. O indicativo preliminar disso está no impressionante percentual de 46% de respondentes que manifestaram concordância com a secundarização do devido processo legal, igualmente agravado pelos outros expressivos 15% de respondentes que não confirmaram nem infirmaram a assertiva.

De modo geral, esse ressentimento com a Justiça provém do fato de não entendê-la justa. É generalizada entre os entrevistados a percepção de que a justiça só pesa sobre os ombros dos pobres: “Não tem punição! Se você rouba uma galinha, você vai pra cadeia. Se você rouba um milhão, você fica livre?”, se revolta o agricultor de uma zona interiorana do Paraná, que expressa o mesmo lamento do administrador de uma cidade metropolitana: “um presidente, outros tantos que são condenados, ficam aí, de boa, apartamento... agora o coitadinho que rouba uma galinha ali, pronto! Vai lá pra cadeia, e demora pra sair. Esta justiça, então, é representada no imaginário coletivo não como um instrumento de garantias universalistas, mas como mecanismo de blindagem social e reforço das mazelas políticas: “é falha, é demorada, é onerosa. A Justiça é só pra quem tem dinheiro”, lamenta a comerciante de 46 anos e escolaridade média complementada pelo funcionário público de 47 anos, com mestrado em direito: “o sistema judiciário brasileiro existe para manter o status quo. A justiça penal existe para *preto, puta e pobre*. A justiça trabalhista serve para manter o trabalhador no cantinho dele, subjugado, recebendo miséria”.

Nessa configuração, os populares não encontram legitimidade na instituição republicana “sistema jurídico”. Novamente, não a engenharia institucional, mas uma personalidade em destaque localizada num determinado agente jurídico é o recurso salvacionista projetado nas falas dos entrevistados – reforço da construção do mito. Este agente é convertido semanticamente na figura do “vingador” público, que agiria independentemente de regras e leis pré-estabelecidas para salvar a integridade do país e acabar com a corrupção:

“a gente tem que confiar nele né [o juiz], ele estudou tudo, passou por tudo né, ele já sabe quando a pessoa tá certa ou tá errada né, aí a gente tem que confiar mais na parte dele né...” (balconista, 28 anos, ensino médio)

“Eu acredito piamente na força de um juiz honesto. Na mídia fala muito do Meritíssimo Juiz Sergio Moro. Ele é um, tá fazendo um trabalho excepcional, mas ‘uma andorinha não faz verão sozinha’”. (mecânico, 51 anos)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

“Ah, nós temos agora o Sergio Moro, que é uma pessoa que eu acho que se não matarem ele né?... que você sabe do tipo que é o Brasil quando alguém começa a querer levar para o lado certo, eles já eliminam... Então se os novos que estão vindo seguir o exemplo dele, espero que o país melhore”. (agente administrativa, 47 anos, ensino superior).

Novamente, o impasse posto nisso é a deslegitimação do aparelho republicano democrático em si e da lógica de direitos. Nesse sentido, os 46% de respondentes que corroboram a secundarização do devido processo legal se fundamentam em argumentos como: “tem leis que servem para ‘proteger’, mas acabam protegendo o que não deve e isso acaba gerando uma bagunça, porquê... ao invés de estar ajudando acaba prejudicando... porque uma coisa está errada e era para estar certa” (estudante de 20 anos); ou “a justiça tenta fazer seu trabalho, mas por causa das leis ela não consegue fazer muita coisa” (trabalhador urbano, 44 anos, católico). Recobra-se aqui os elementos do autoritarismo, firmado na construção de um perfil de justiça (a expectativa popular em relação a ela) como um ente supralegal, extra procedimentos fixados nos princípios democráticos. É um “Deus Punidor”, legitimado na autoridade da causa – acabar com o “banditismo”, acabar com a “vagabundagem”, acabar com a corrupção.

Estas posturas, em muito irrefletidas, contém, portanto, o elixir de reconversão continuada e sustentada da sociabilidade política autoritária nacional, apregoado na constante recusa ao princípio de comunidade, ao empoderamento popular como estratégia de transformação social, bem como no insistente esforço de consagração de um novo mito político e/ou jurídico – com poder, autoridade e benevolência, e arbitrariedade.

Em suma, na representação social do brasileiro médio, “a democracia não existe”, o progresso tem vinculação quase nula com a lógica dos direitos amplos que configuram a democracia substantiva de nosso ordenamento jurídico, e a justiça não é vista como um órgão garantidor de direitos. No imaginário coletivo, portanto, toda a engenharia do sistema político juridicamente configurado em 1988 está envolta numa densa cortina de ilegitimidade.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

Notas finais

Na imbricação semântica entre, de um lado, democracia, progresso e justiça, e de outro, autoridade, autoritário e autoritarismo, se compreende o *télo* essencial da crise política enfrentada no país atualmente: ela é produto do difícil equacionamento entre um modelo societal democrático legitimado por demandas sócio-políticas delongadas no país e a forma insistente de socialização pelos privilégios, e não pelos direitos, logo, patrimonial e autoritária.

Tendo em vista o processo eleitoral previsto para outubro de 2018, uma série de pesquisas se lançaram ao desafio de medir a abrangência da tendência autoritária entre os brasileiros. Muitas delas têm demonstrado, com satisfação, que não estaríamos assim tão abertos à intolerância democrática. Todavia, é preciso não esquecer a lógica do autoritarismo – senso psicológico, senso administrativo e senso ideológico – bem como a sociabilidade autoritária entranhada na construção de significados sociais no país, que se apresenta não exatamente de modo objetivo, mas de modo internalizado nas pequenas coisas que legitimam as grandes e que não são problematizadas, do que são mostra as falas dos entrevistados aqui mobilizadas. Estamos, por certo, aprendendo a ser democráticos. Mas esse aprendizado leva tempo, um tempo que talvez coloquem em risco a própria sustentação das instituições políticas democráticas.

Nesse sentido, cabe ponderar que as emboscadas da democracia brasileira residem em nossa dinâmica funcional: ditadura não, mas autoritário por princípio sim. Por isso, para entender o Brasil de hoje, é preciso olhar o Brasil de sempre, ou seja, sua forma progressiva de mudar, mantendo em seus pilares estruturais inalterados. Por isso mesmo, compete desnaturalizar a lógica continuada de retroalimentação da desigualdade em sua face material e simbólica, pois é ela que obstaculiza a materialização de uma sociedade efetivamente democrática, ao recolocar constantemente as formas de produção de significados sociais que agem na conformação das condutas.

Dessa forma, se a democracia como elemento substantivo da sociedade é possível no Brasil? Certamente sim. Recusa-se aqui qualquer concepção atávica ou projeção de incapacidade democrática como marca genética. Mas, quanto ao “como alcança”, há muitos elementos a serem ponderados. Todavia, sabe-se indispensável garantir a produção das condições de aprendizado social da democracia. Se o brasileiro médio – agente portador capital de um sistema de sociabilidade – é ainda hoje formado numa matriz autoritária, compete garantir os meios de apresentação,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

propagação e concorrência ideológica da forma democrática substancial que fundamenta a própria essência de nosso modelo jurídico.

Referências Bibliográficas

ANDRESKI, Stanislav, Autoritarismo, In Benedito Silva (org), *Dicionário de Ciências Sociais*, 1ª edição, Vol. 1, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1986, pp. 105-107, 1421 p.

ARENDT, Hannah, *Entre o passado e o futuro*, Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida, Coleção Debates, nº 64, 2ª edição, São Paulo, Perspectiva, 1979, 348 p.

AVRITZER, Leonardo, “Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta”, in *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*, 1ª edição, Belo Horizonte, UFMG, 2017, pp 19-30, 458 p.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do*, Brasília, Senado Federal, 1988, Disponível in https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_de_claracao.pdf.

CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 17ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, 236 p.

FERNANDES, Florestan, *Revolução burguesa no Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, 413 p.

_____, *Círculo Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, 1ª Edição, São Paulo, Globo, 2010, 319 p.

SALLUM JR, Brasília, “A crise política de 2015-16: para além da conjuntura”, in *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*, 1ª edição, Belo Horizonte, UFMG, 2017, pp 31-47, 458 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 4ª edição, São Paulo, Cortez, 1997, 348 p.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 28, Julho a Dezembro de 2019, pp. 4-26.

WERNECK DA SILVA, José Luiz, “O feixe do autoritarismo e o prisma do Estado Novo”, In WERNECK DA SILVA, José Luiz, Org., *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, Vol. II, 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991, pp. 13-26, 140 p.

TILLY, Charles, *Identities, boundaries and social ties*, Boulder, Paradgm Publishers, 2008, 269 p.

WEBER, Max. “Os três tipos de dominação legítima”, In *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 2, 1ª Edição, tradução de Augustin Wernet, São Paulo, Cortez, 1992, pp. 349-359, 453 p.